



CÂMARA MUNICIPAL

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CAPITÃO ANDRADE

"Tudo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente!"

ATA DA NONA REUNIÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA OITAVA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAPITÃO ANDRADE/MG, PARA VOTAÇÃO EM PRIMEIRO TURNO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE CAPITÃO ANDRADE/MG REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2015 – PROCESSO N. 432/2016. As dezesseis horas e quinze minutos do dia quinze de abril de dois mil e vinte e um, no Palácio Miguel Arcanjo Filho, localizado na Rua Messias Nogueira da Silva, n.º 600, Centro, sede deste município, o Vereador Lucimar Fernandes de Oliveira, Presidente da Mesa Diretora, abriu a reunião em nome de Deus, constatando o comparecimento de todos os vereadores, conforme assinaturas na fls. n. 18 do Livro n. 04 de Registro de Presença, conforme a seguinte ordem: 1) JOSÉ MARCELO PEREIRA - MDB; 2) WASHINGTON ARCANJO DA SILVA SANTANA - MDB; 3) ALEXANDRO CLOVES MACHADO - PDT; 4) LUCIMAR FERNANDES DE OLIVEIRA - MDB; 5) ODORICO DE SOUZA MEDEIROS - MDB; 6) JOSÉ CLEIDIOMAR MEDEIROS - MDB; 7) CARLINDO PAULA ABREU - PSC; 8) CLÁUDIO RENATO DE OLIVEIRA - PSDB; 9) MARIA DOS SANTOS GONÇALVES GOMES - PSDB. O 1º Secretário fez uma oração, a pedido do Presidente. **PRIMEIRA PARTE. Leitura de correspondências e comunicações:** convocações expedidas aos vereadores; Ofícios intimatórios ns. 004 e 005/2021 expedidos, respectivamente, ao Sr. José de Oliveira Filho e ao seu advogado legalmente constituído, intimados para comparecer a Câmara Municipal ou enviar um procurador legal habilitado nos autos, para caso queira realizar alegações finais de forma oral pelo prazo que achar necessário, nas duas reuniões plenárias convocadas para julgamento da prestação de contas do município de Capitão Andrade/MG referente ao exercício financeiro de 2015. **APRESENTAÇÃO, SEM DISCUSSÃO, DE PROPOSIÇÃO: Projeto de Decreto Legislativo n. 01/2021** *"Rejeita as contas do Poder Executivo Municipal de Capitão Andrade/MG referentes ao exercício financeiro de 2015 e dá outras providências"*, de autoria da Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas (CFTOTC). Ato contínuo, o Presidente esclareceu que *"o controle externo das contas municipais, especialmente daquelas pertinentes ao Chefe do Poder Executivo local, representa uma das mais expressivas prerrogativas institucionais da Câmara de Vereadores, que o exercerá com o auxílio do Tribunal de Contas. Essa fiscalização institucional não pode ser exercida, de modo abusivo e arbitrário, pela Câmara de Vereadores, eis que, devendo efetivar-se no contexto de procedimento revestido de caráter político-administrativo está subordinada à necessária observância, pelo Poder Legislativo de Capitão Andrade, dos postulados constitucionais que asseguram, ao Prefeito Municipal, a prerrogativa da plenitude de defesa e do contraditório. A deliberação da Câmara de Vereadores sobre as contas do Chefe do Poder Executivo local há de respeitar o princípio constitucional do devido processo legal, sob pena de a resolução legislativa importar em transgressão ao sistema de garantias consagrado pela Lei Fundamental da República"*. **SEGUNDA PARTE. Ordem do Dia. Discussão e votação da matéria em pauta.** A assistente parlamentar procedeu à leitura da ementa do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado de



CÂMARA MUNICIPAL

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CAPITÃO ANDRADE

"Tudo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente!"

Minas Gerais (TCEMG) emitido sobre as contas do município de Capitão Andrade/MG referente ao exercício de 2015, a pedido do Presidente; a assessora jurídica procedeu a leitura da conclusão do parecer contábil emitido sobre o processo n. 432/2016, a pedido do Presidente; a assessora jurídica procedeu a leitura da síntese e conclusão do Parecer n. 06/2021 da Comissão de Finanças, Tributação, Orçamento e Tomada de Contas aprovado, por maioria, na comissão; a assistente parlamentar procedeu a leitura das alegações finais apresentadas pelo ex-gestor Sr. José de Oliveira Filho, a pedido do Presidente. **MANIFESTAÇÃO DOS VEREADORES.** O Presidente concedeu a palavra aos vereadores para manifestação. O Vereador Claudio Renato de Oliveira justificou a ausência do ex-gestor José de Oliveira Filho por motivo de viagem particular; ressaltou que o TCEMG enviou parecer prévio pela aprovação das contas de 2015, disse que nesta Casa tem a precedência da CFTOTC seguir o parecer prévio do TCEMG; disse que foi deixado de aplicar menos do que meio por cento na educação, e foi aplicado mais de dois milhões; que o ex-gestor sempre apoiou e preocupou com o setor da educação, que foi ele quem sancionou o projeto de lei para votar o piso salarial do magistério, e sempre administrou os recursos públicos com clareza, que quando tinha oportunidade juntamente com os secretários apresentavam esclarecimentos a câmara em reunião, e nunca faltou com responsabilidade, especialmente quanto ao pagamento de fornecedores e a folha de pagamento, e governou com muito zelo a favor do povo de Capitão Andrade; que o ex-gestor fez o investimento de 19% no setor da saúde, e sendo que o mínimo obrigatório é 15%; o ex-gestor não praticou ato de improbidade administrativa, pois não agiu de má-fé. O vereador Carlindo Paula Abreu disse que da análise que fez das contas de 2015 não viu a configuração de ato de improbidade administrativa pelo ex-gestor, que o percentual faltante foi pouco em relação ao montante que foi investido na educação; disse que não constou no parecer da CFTOTC informação dos recursos que foram investidos em outras áreas; que as contas deveriam ter sido votadas no exercício anterior; realizou uma indagação do por que não foi citado no parecer da CFTOTC os investimentos com a saúde e os demais setores. O relator Vereador José Marcelo Pereira disse que não era vereador anteriormente, e foi chamado um contador para auxiliar nos trabalhos da comissão e que o vereador tem a função fiscalizar; que o parecer prévio do TCEMG veio pela aprovação, mas o ex-gestor não atingiu a aplicação do mínimo constitucional no setor da educação; e manifestou o voto pela aprovação do projeto de decreto. Ato contínuo, a assessora jurídica esclareceu que na defesa escrita realizada pelo o ex-gestor foi escrito que a Câmara sempre seguia o entendimento do TCEMG; que o processo da prestação de contas de 2015 é constituído de mais de mil páginas e consta os investimentos aplicados em outras áreas, inclusive, no setor da saúde. O Vereador Odorico de Souza Medeiros disse que tem cinco mandatos e já votou diversas prestação de contas, que já teve casos da TCEMG emitir parecer pela aprovação e a Câmara rejeitar, e que quando o TCEMG emite parecer pela aprovação deve ser seguido esse entendimento, e manifestou contrário ao Projeto de Decreto Legislativo. O Presidente disse que nas outras áreas houve bons investimentos,



CÂMARA MUNICIPAL

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CAPITÃO ANDRADE

"Tudo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente!"

mas não foi aplicado o mínimo constitucional na educação, e disse que todas as contas que vieram emitidas pelas aprovação do TCEMG ele manifesta favorável, caso contrário, manifesta pela rejeição; que as contas são bem analisadas pelo TCEMG. A Vereadora Maria dos Santos Gonçalves Gomes disse que o ex-gestor já foi eleito diversas vezes, que hoje é um dia de reflexão mais humana, que já votou contra alguma prestação de contas devido não ter atendido suas solicitação para análise das contas; que o prefeito necessita de esteio para governar, e manifestou contra o Projeto de Decreto; que o parecer técnico contábil foi bem esclarecido, disse que não vota contra a uma prestação de contas que veio aprovada pelo TCEMG, e manifestou favorável as contas. O Vereador Wasington Arcanjo da Silva Santana disse que erros acontecem em nossa caminhada, mas não podemos deixar de corrigir, e quando julgados, não devemos deixar de responder pelos nossos erros, e que as contas devem ser analisadas de forma imparcial, e que o mínimo investido faz diferença na vida das pessoas que deixaram de ser atendidas, que respeita a opinião de todos os vereadores, que fez a leitura dos autos, e manifestou favorável ao Projeto de Decreto Legislativo. O Presidente declarou encerrados os debates. **DEFESA ORAL.** O Presidente registrou a ausência do ex-gestor Sr. José de Oliveira Filho que foi notificado na pessoa do seu procurador legal habilitado nos autos, para fazer sua defesa oral. **DA VOTAÇÃO DO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N. 01/2021**. Ato contínuo, o Presidente indagou se a votação poderia ser aberta. O Presidente consultou ao plenário se alguém manifestava contrário a votação em aberto. Nenhum vereador manifestou contrário, ficando assim a votação em aberto, conforme a lista de presença. A assessora jurídica esclareceu aos vereadores que ao votarem a favor do Projeto de Decreto Legislativo n. 01/2021 rejeitam as contas; e ao votarem contrário ao Projeto aprovam as contas; devendo obedecer o quórum de 2/3 para rejeição do Parecer Prévio do TCEMG, nos termos da alínea "c", I, do 73 da Lei Orgânica Municipal e do §2º do art. 31 da Constituição Federal. Iniciada a votação, o Presidente fez a chamada nominal conforme a lista de presença, e os vereadores votaram da seguinte forma: **1) JOSÉ MARCELO PEREIRA - MDB pela aprovação do projeto; 2) WASHINGTON ARCANJO DA SILVA SANTANA - MDB pela aprovação do projeto; 3) ALEXANDRO CLOVES MACHADO - PDT pela aprovação do projeto; 4) LUCIMAR FERNANDES DE OLIVEIRA - MDB pela rejeição do projeto; 5) ODORICO DE SOUZA MEDEIROS - MDB pela rejeição do projeto; 6) JOSÉ CLEIDIOMAR MEDEIROS - MDB pela aprovação do projeto; 7) CARLINDO PAULA ABREU - PSC pela rejeição do projeto; 8) CLÁUDIO RENATO DE OLIVEIRA - PSDB pela rejeição do projeto; 9) MARIA DOS SANTOS GONÇALVES GOMES - PSDB pela rejeição do projeto.** O 1º Secretário apurou o resultado da votação, declarando que votaram nove vereadores, apurando cinco votos contra e quatro votos favoráveis ao Projeto de Decreto Legislativo n. 01/2021. O Sr. Presidente declarou rejeitado em primeiro turno o Projeto de Decreto Legislativo n. 01/2021, ficando aprovada as contas do exercício financeiro de 2015 do município de Capitão Andrade/MG, no primeiro turno. **CONVOCAÇÃO.** O Presidente disse que todos os vereadores já foram previamente convocados para a



CÂMARA MUNICIPAL

PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

CAPITÃO ANDRADE

"Tudo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente!"

próxima Reunião Plenária Extraordinária que será realizada no dia 16 de abril de 2021, às 16h00min, com a seguinte ordem do dia: segunda discussão e votação da prestação de contas do exercício de 2015. **NOTIFICAÇÃO.** Conforme Ofícios Intimatórios ns. 004 e 005/2021, o Sr. José de Oliveira Filho já foi previamente intimado da data e horário do julgamento em segundo turno das contas de 2015, na qual poderá comparecer para fazer defesa oral. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente suspendeu a reunião, por vinte minutos, para a lavratura da ata. Retornando os trabalhos, a assistente parlamentar procedeu à leitura da ata, que aprovada, foram assinadas pelos vereadores presentes. Ato contínuo, o Presidente convidou a todos para ficarem de pé, e em nome de Deus, encerrou os trabalhos. Para constar, eu, José Marcelo Pereira *[assinatura]* 1º Secretário da Mesa Diretora, em conformidade com os artigos 126 e 142, §1º e §2º do Regimento Interno, e Edmeiry Suellen Pereira do Nascimento de Oliveira *[assinatura]* assistente parlamentar lavramos esta ata. Damos fé. Capitão Andrade/MG, quinze de abril de dois mil e vinte e um.

1. *Wairington Arcangelo do S. Santana*
2. *Carlozindo Paulo da Silva*
3. *Manoel dos Santos G. Gomes*
4. *Márcio do Socor Medeiros*
5. *Wladimir Renato de Oliveira*
6. *Alexandre dos machados*
7. *José Elidionor Medeiros*
8. *Leocimar Fernandes de Oliveira*
9. *José Marcelo Pereira*

Publicado no Quadro de Avisos

de 15/04/2021

[assinatura]
CÂMARA DE VEREADORES DO MUN. DE CAPITÃO ANDRADE